



Simulado Especial

TCE PA

Cargo: Auxiliar de Controle Externo
Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TCE-PA (Auxiliar de Controle Externo)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auxiliar de Controle Externo do TCE-PA**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/wex3G6C66KCSvjBb8>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategi.ac/bh1t2y>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

01. Assinale a frase que mostra uma oposição adequada.

- a) O dia que não está claro está chuvoso.
- b) A questão que não está fácil está confusa.
- c) O paciente que não está doente está saudável
- d) O garçom que não é habilidoso é inseguro.
- e) O objeto que não é novo é valioso.

02. Entre as palavras abaixo, assinale aquela que tem acentuação errada.

- a) Sofá
- b) Açai
- c) Amapá
- d) Bangú
- e) Inexorável

03. As opções a seguir apresentam frases que se apoiam basicamente num dos sentidos humanos. Assinale aquela em que há a indicação adequada do sentido predominante no texto.

- a) A tarde estava doce como o mel / visão
- b) O sol ardia na pele exposta / tato.
- c) A cozinha exalava um cheiro de domingo / audição.
- d) Sua voz soava como cantos angelicais / visão.
- e) O doce som de sua voz me seduzia / paladar.

04. Os adjetivos podem indicar qualidades, opiniões, características, estados ou relações dos substantivos.

Assinale a frase abaixo em que o adjetivo destacado indica uma relação.

- a) Passamos por uma situação difícil no último mês.
- b) O líder daquele grupo é muito confiável.
- c) Após a maratona, os competidores estavam eufóricos.
- d) A cadeira vermelha está reservada.
- e) A avaliação anual será aplicada na próxima semana.

05. Os verbos de ligação indicam estados (estado permanente, estado transitório, aparência de estado, continuidade de estado e mudança de estado). Assinale a frase em que o verbo ESTAR é classificado como verbo de ligação.

- a) O conhecimento está no íntimo do ser humano.
- b) A performance está nas mãos dos representantes.
- c) O medo e a insegurança sempre estão perto de causar o caos.
- d) O ser está carente de conexões verdadeiras.
- e) Os alunos estão na sala aguardando o professor.

06. Segundo a gramática tradicional, na formulação de uma das frases abaixo há um erro gramatical. Assinale a opção que apresenta esse erro.

- a) Os especialistas precisaram o local de armazenamento das substâncias.
- b) O agente público visava ao mais alto cargo de sua unidade.
- c) A multidão reparava no nervosismo daqueles que conduziam o espetáculo.
- d) Os idosos queriam muito bem àqueles que lhe respeitavam
- e) A devolução do material encomendado implica multa.

07. A única alternativa em que o elemento sublinhado NÃO é uma marca de função emotiva é:

- a) Ele, certamente, não estava atento aos sinais.
- b) Segundo estudiosos, o cenário não é promissor.
- c) Inesperadamente, João chegou cedo ao trabalho.
- d) As obras inacabadas vão gerar consequências terríveis para a cidade.
- e) Não haveria mais aula naquela semana: eis aí o problema.

08. A frase abaixo que está livre de qualquer ambiguidade é:

- a) Os dirigentes falavam com a população que aguardava novas instruções.
- b) A garota viu o vizinho correndo.
- c) Entraram no site e compraram um computador rápido.
- d) Andréia pediu a Fabiano que pegasse sua mochila na sala.
- e) Encontramos a capa do celular que estava no carro.

09. A frase que foi construída em linguagem formal é:

- a) **Ao invés de** reclamar, ela foi se exercitar.
- b) Todos se perguntavam **aonde** o pai escondeu o tesouro.
- c) Não entendemos **por que** ele não investiu nesse sistema.
- d) A **sessão** do documento em que se encontra essa regra foi retirada.
- e) **A** dias que merecem ser repetidos.

10. Em “Quando compreendiam o que se dizia, o comportamento seguia os padrões esperados”, o vocábulo “o”, em suas duas ocorrências são respectivamente,

- a) pronome demonstrativo e artigo
- b) artigo e pronome demonstrativo
- c) artigo e artigo

d) pronome oblíquo e artigo

e) pronome demonstrativo e pronome oblíquo

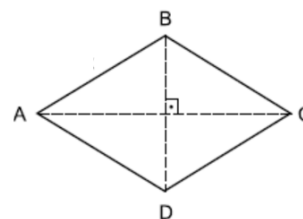
RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Eduardo Mocelin

11. Uma repartição pública possui N servidores, dentre homens e mulheres, dos quais $\frac{3}{7}$ são homens e, destes, a metade são sexagenários. Sabendo-se que 6,25% das servidoras mulheres dessa repartição são sexagenárias, então a porcentagem de servidores (homens e mulheres) não sexagenários dessa repartição é de

- a) 64%
- b) 75%
- c) 27%
- d) 25%
- e) 78%

12. O losango ABCD a seguir representa um terreno, que já se encontra cercado em seu perímetro. Deseja-se dividir esse terreno em 4 partes inserindo-se cercas em toda a extensão dos segmentos AC e BD.



Sabendo-se que o perímetro do losango é 160m e que BD mede 48m, o número de metros de cerca necessários para realizar a divisão do terreno em quatro partes é de

- a) 104
- b) 108
- c) 112
- d) 120
- e) 124

13. Em uma gaveta há meias verdes, azuis e amarelas, totalizando 57 meias. Sabendo que o número de meias verdes é igual à metade da soma do número de meias azuis e amarelas e que há 12 meias amarelas a menos do que o número de meias azuis, então o número de meias verdes excede o número de amarelas em

- a) 5
- b) 6
- c) 7
- d) 8
- e) 9

14. Considere verdadeira a seguinte afirmação:
“Todos os gatos não são felinos”.

Observe, a seguir, três conclusões da afirmação dada:

I. Se Miau não é felino, então é gato.

II. Se Miau não é gato, então é felino.

III. Se Miau é felino, então não é gato.

Denotando por V uma conclusão verdadeira e por F uma conclusão falsa, para as três conclusões dadas, temos, respectivamente,

- a) V, V, V.
- b) V, V, F.
- c) V, F, F.
- d) F, V, V.
- e) F, F, V.

15. Considere a seguinte proposição:

“Em todas as unidades federativas há pelo menos um brasileiro que acredita no progresso do país.”

A negação dessa proposição é:

- a) “Em nenhuma unidade federativa há brasileiro que acredita no progresso do país”.
- b) “Em todas as unidades federativas não há brasileiro que acredita no progresso do país”.
- c) “Em qualquer unidade federativa há no máximo um brasileiro que acredita no progresso do país”.

d) “Existe ao menos uma unidade federativa em que nenhum brasileiro acredita no progresso do país”.

e) “Existe ao menos uma unidade federativa em que pelo menos um brasileiro não acredita no progresso do país”.

16. Eduardo e Francisco estão em uma mesma fila. Há 30 pessoas atrás de Eduardo e 20 pessoas na frente de Francisco. Eduardo está na frente de Francisco e há 8 pessoas entre eles.

O número de pessoas na fila é:

- a) 42
- b) 43
- c) 44
- d) 45
- e) 46

17. O número de possíveis maneiras de colocar em uma fila 6 meninos e 5 meninas, com todos os meninos de idade diferente, de modo que os meninos fiquem em ordem decrescente de idade, é

- a) 46.560
- b) 47.470
- c) 47.620
- d) 55.420
- e) 55.440

18. Na mercearia do Zé das Couves, 30% dos clientes que compram a prazo deixam de pagar pelas suas compras. Considerando esse dado, é correto afirmar que, dentre três clientes que compram a prazo escolhidos aleatoriamente, a probabilidade de todos pagarem pelas suas compras é:

- a) 13,4%
- b) 18,1%
- c) 27,0%
- d) 34,3%
- e) 42,7%

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Tiago Zanolla*

19. A servidora Clara recebeu a responsabilidade de instruir um processo administrativo. Durante a análise inicial, ela percebeu que um de seus primos era parte interessada no processo.

De acordo com o Código de Ética dos Servidores, em quais situações o servidor deve declarar impedimento ou suspeição para garantir a independência e imparcialidade no desempenho de suas funções?

- a) Apenas quando houver interesse financeiro direto.
- b) Quando houver conflito de interesses, participação em processos de interesse próprio ou de parentes até o terceiro grau, ou envolvimento com entidades com as quais tenha mantido vínculo profissional.
- c) Somente quando estiver em conflito com um superior hierárquico.
- d) Apenas em casos de interesse próprio, excluindo-se parentes e laços afetivos.
- e) Sempre que houver qualquer tipo de envolvimento profissional anterior, independentemente do grau de parentesco ou conflito de interesses.

20. O servidor Antônio foi citado em um processo ético. Ele queria entender melhor os prazos e procedimentos relacionados à sua defesa.

Segundo a **Resolução nº 18.523/2013**, qual é o prazo para o interessado apresentar defesa após a instauração de um processo ético?

- a) 10 dias improrrogáveis
- b) 15 dias improrrogáveis
- c) 20 dias prorrogáveis
- d) 30 dias improrrogáveis
- e) 45 dias prorrogáveis

21. A servidora Joana, ao revisar o Decreto n. 1.171/1994, encontrou diversas proibições relacionadas ao uso de informações e documentos públicos. Ela queria entender melhor essas restrições para evitar infrações no futuro.

Segundo o Decreto n. 1.171/1994, qual das seguintes ações é vedada ao servidor público?

- a) Retirar documentos da repartição pública sem autorização legal.
- b) Participar de reuniões com colegas fora do horário de expediente.
- c) Consultar publicações científicas para aprimorar seus conhecimentos.
- d) Solicitar materiais de escritório adicionais para desempenhar suas funções.
- e) Participar de programas de treinamento oferecidos pela administração.

22. No Tribunal de Contas do Estado do Pará, a servidora Ana foi confrontada com uma situação em que precisava decidir entre uma ação legal, mas moralmente questionável, e uma ação ética, mas que poderia ser inconveniente. Ela consultou as Regras Deontológicas do Decreto n. 1.171/1994 para tomar uma decisão.

Segundo as Regras Deontológicas do Decreto n. 1.171/1994, como o servidor público deve orientar sua conduta?

- a) Decidir entre o legal e o ilegal, exclusivamente.
- b) Escolher sempre a opção mais conveniente para a administração.
- c) Decidir entre o honesto e o desonesto, considerando o elemento ético de sua conduta.
- d) Priorizar a eficácia no serviço público acima de tudo.
- e) Seguir as instruções de seus superiores sem questionar.

23. A servidora Maria recebeu uma denúncia sobre um colega que estava prejudicando deliberadamente a reputação de outros servidores. Ela consultou as Regras Deontológicas do Decreto n. 1.171/1994 para verificar se essa conduta é vedada.

Conforme as Regras Deontológicas do Decreto n. 1.171/1994, qual das seguintes condutas é vedada ao servidor público?

- a) Utilizar a sua posição para obter favorecimento para si ou para outrem.
- b) Aplicar técnicas modernas no desenvolvimento do seu trabalho.
- c) Tratar bem o público e os colegas de trabalho.
- d) Trabalhar em harmonia com outros servidores.
- e) Prestar informações verdadeiras e completas ao público.

24. Durante um treinamento sobre ética no serviço público no Tribunal de Contas do Estado do Pará, o servidor Roberto refletiu sobre a relação entre a conduta dos servidores e a personalidade do Estado. Ele queria entender melhor essa relação conforme descrita na literatura de ética pública.

De acordo com a literatura sobre ética no serviço público, como a probidade e a integridade dos servidores influenciam a administração pública?

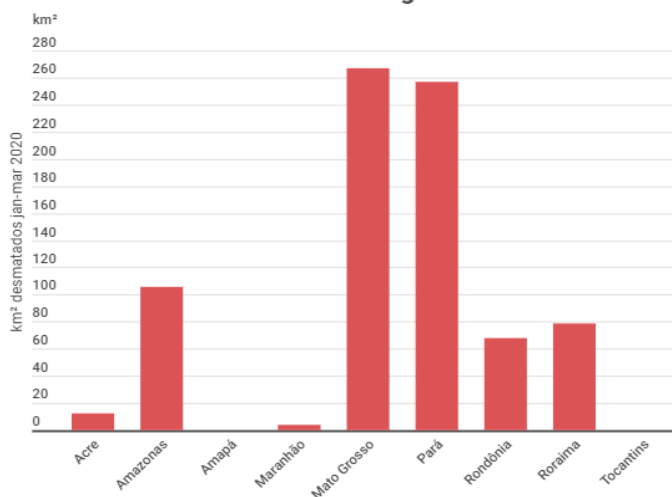
- a) A probidade e a integridade são exclusivamente características pessoais dos servidores e não afetam a administração pública.
- b) A probidade e a integridade dos servidores são transferidas à "personalidade do Estado", influenciando diretamente a administração pública.
- c) A probidade e a integridade dos servidores são menos importantes que a eficiência e a eficácia administrativa.
- d) A probidade e a integridade dos servidores são irrelevantes para a percepção pública do Estado.
- e) A probidade e a integridade dos servidores afetam apenas suas avaliações de desempenho individual.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CONHECIMENTOS DO ESTADO DO PARÁ

Sérgio Henrique

25. O primeiro trimestre de cada ano costuma ser o que apresenta os níveis mais baixos de desmatamento na Amazônia, devido às chuvas fortes que marcam o inverno amazônico e dificultam a propagação de incêndios e a própria operação de desmate. Este ano, entretanto, nem a chuva impediu que o desmatamento na Amazônia Legal entre janeiro e março alcançasse a marca recorde para o período de 796,08 km², de acordo com os alertas do sistema Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Desmatamento na Amazônia Legal 1º trimestre 2020



Sobre a questão do desmatamento na Amazônia Legal é correto afirmar que:

- a) Os conflitos ocorridos no campo quase desapareceram com a implantação das políticas de assentamentos rurais na região, bem como o aumento das queimadas que impossibilitaram as disputas pela terra.
- b) Em abril de 2020, a maioria (60%) do desmatamento ocorreu em áreas de assentamentos e Terras Indígenas. O restante do desmatamento foi registrado em Unidades de Conservação (22%) e Unidades de Conservação (15%).

c) Os estados que lideraram o desmatamento no primeiro trimestre de 2020 foram, respectivamente o Pará, com 257,24 km², e o Mato Grosso, com 267,07 km² desmatados.

d) De acordo com os especialistas, o aumento no primeiro trimestre está relacionado com o ritmo de desmatamento, apresentando tendência desde o ano passado devido as políticas que afrouxaram a fiscalização, das restrições às operações de fiscalização, da redução do número de multas, entre outros.

e) Conforme observado no gráfico, os três principais estados da Região Norte, Amazônia, Mato Grosso e Pará, são os principais desmatadores da região, devido a sua localização estratégica na área de fronteira agrícola.

26. O incêndio criminoso é o capítulo mais recente de um conflito agrário que se arrasta há 13 anos na fazenda 1.200, onde um grupo de cerca de 150 famílias da Associação 8 de Março, ligada à Fetagri-PA (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará), reivindica desde 2006 a criação de um assentamento de reforma agrária.

Fonte: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-publica/2019/07/15/fogo-pistolagem-e-medo-na-fazenda-1200-no-para.htm>

As terras amazônicas são o centro de diversos conflitos. A partir da década de 1960, as políticas de povoamento e ocupação da região norte são cada vez maiores. A respeito do tema, a afirmativa correta é:

a) Apesar do avanço da fronteira agrícola na porção sul da Amazônia Legal, os conflitos do campo e a questão agrária da região norte não está relacionada com a estrutura da distribuição das terras.

b) O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão federal responsável pelo ordenamento fundiário nacional, estima que na Amazônia Legal, o grande responsável pelo conflito

no campo são as reservas indígenas que ocupam grande parte da região.

c) O assassinato da missionária estadunidense Dorothy Stang ajuda a apaziguar os problemas ambientais na região, visto que movimentos sociais pedindo paz intensificaram na região, e avançaram nas denúncias e no combate da grilagem de terras.

d) O caos fundiário na região da Amazônia se explica parcialmente pela história da ocupação de terras no Brasil. Entre a Independência, em 1822, e a Lei de Terras de 1850, houve uma política de acesso livre à terra - os interessados a ocupavam e, depois, pediam a regularização ao governo do Império. A expressão grilagem vem de uma técnica de falsificação de documentos antigos, como os desta época.

e) A ocupação da Amazônia foi exclusivamente feita, com a abertura de estradas no modelo "espinha de peixe": às margens das rodovias, em 100 quilômetros para ambos os lados, eram concedidos a particulares, com ramais abertos mata dentro.

27. A exploração da madeira no Pará é a atividade que tem a dianteira no processo de aumento da fronteira agrícola. As rodovias possuem um papel essencial neste processo, pois onde são construídas rodovias, elas se tornam um vetor do povoamento através da grilagem de terras. A maior parte da madeira que é extraída ilegalmente é:

a) Exportada principalmente para a União Europeia, EUA e Ásia.

b) Consumida no mercado interno sobretudo na região Nordeste e Sudeste.

c) Exportada principalmente para a União Europeia, EUA e Ásia.

d) Consumida no mercado interno sobretudo na região Centro Oeste e Sul.

e) Exportada principalmente para a União Europeia, EUA e América Latina.

28. A EF-170, também chamada de Ferrogrão, foi qualificada no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) na 1ª Reunião do Conselho do PPI, por meio da Resolução nº 2, de 13/09/2016, convertida no Decreto 8.916, de 25/11/2016.

O projeto visa consolidar o novo corredor ferroviário de exportação do Brasil pelo Arco Norte. A ferrovia conta com uma extensão de 933 km, conectando a região produtora de grãos do Centro-Oeste ao Estado do Pará, desembocando no Porto de Miritituba.

Fonte: <https://www.ppi.gov.br/ef-170-mt-pa-ferrograo>

Corredor logístico

Principais características da Ferrogrão



Fonte: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/08/17/>

O projeto citado é um importante fator de desenvolvimento da infraestrutura logística das áreas agricultáveis localizadas no Estado de Mato Grosso bem como eixo de desenvolvimento no Estado do Pará, possibilitando as regiões uma maior eficiência no escoamento da produção. Entre o fator de aprovação do projeto, foi considerado

- a) O trecho cumprirá um papel estruturante para o escoamento da produção de milho, soja e farelo de soja do Estado do Mato Grosso do Sul.
- b) Por ser um projeto previsto para ser implantado paralelamente à BR-163, a ferrovia poderá cumprir importante fator inibidor ao desmatamento, uma vez que bloqueia a abertura de ramais à BR (efeito

espinha de peixe) nesta margem da rodovia, quando implantada.

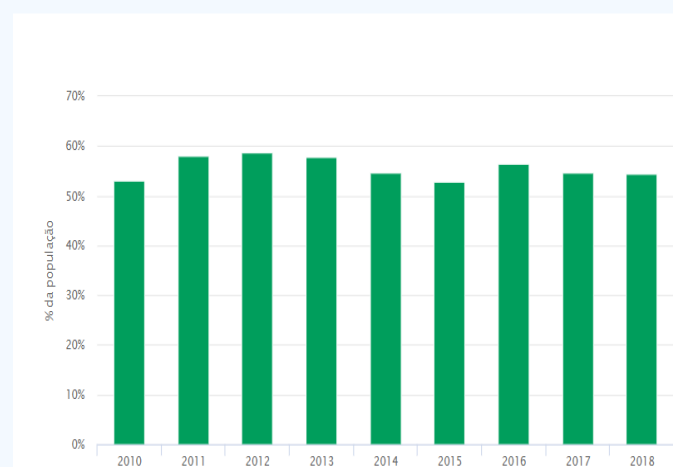
- c) Ao longo de seu traçado proposto, a ferrovia intercepta unidades de conservação ou terras indígenas. As terras indígenas são as Terras Indígenas Praia do Meio e Praia do Índio, localizadas na porção final do traçado no Estado do Pará.
- d) Quando finalizada, a Ferrogrão terá baixa capacidade de transporte e competitividade no escoamento da produção pelo Arco Norte, e substituirá o papel esse que, hoje, é desempenhado pela rodovia BR-163.
- e) Os baixos custos enfrentados na BR-163 para se chegar aos principais portos faz com que o projeto da Ferrogrão seja inviável.

29. O Estado do Pará tem um dos piores índices de saneamento do Brasil, revela pesquisa do Instituto Trata Brasil, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), formada por empresas com interesse nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos do país. Os números do Instituto não são nada animadores. Há, no Pará, apenas 1,18% de tratamento de esgoto, 4,92% de coleta de esgoto, 47,10% de rede de água e a perda de água é 39,72%.

Fonte: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/para-tem-um-dos-piores-indices-de-saneamento-do-brasil-revela-pesquisa-do-trata-brasil.ghtml>

3.794.060 População sem acesso à água (pessoas) SNIS / 2018 54,4% Parcela da população sem acesso à água (% da população) SNIS / 2018	6.614.708 População sem coleta de esgoto (pessoas) SNIS / 2018 94,8% Parcela da população sem coleta de esgoto (% da população) SNIS / 2018	170.045,97 Esgoto não tratado (mil m³) SNIS / 2018 8,0% Índice de esgoto tratado referido à água consumida (%) SNIS / 2018	104.165.250,23 Investimentos totais, em R\$ de 2017 (R\$ a preços de 2017) ITB / 2018 14,93 Investimentos per capita, em R\$ de 2017 (R\$ a preços de 2017) ITB / 2018
--	--	---	---

Parcela da população sem acesso à água ?



Fonte: <https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/index?id=15>

O Pará é o segundo estado da região Norte com o pior desempenho nos serviços de saneamento básico. A rede de água tratada não alcança sequer metade da população, enquanto a coleta de esgoto abrange apenas 6,29% dos paraenses. A respeito do tema, assinale a alternativa correta

a) De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2016 e 2017, 1.935 dos 5.570 municípios brasileiros (34,7%) registraram epidemias ou endemias ligadas à falta

de saneamento básico, como casos de diarreia, leptospirose, cólera, malária e hepatite.

b) Diferentemente dos demais municípios do estado do Pará, a cidade de Belém possui um dos melhores indicadores do estado. De acordo com o último levantamento, cerca de 85% da população belenense possui coleta de esgoto.

c) A região Norte é a segunda região que mais oferece saneamento básico a sua população, ficando atrás apenas da região Sudeste. Fruto de uma profunda reformulação na política pública de saúde dos estados, que formaram uma frente de enfrentamento ao problema nos últimos anos.

d) O saneamento básico é um conjunto de serviços compreendidos entre a distribuição de água potável e a coleta de esgoto.

e) As melhores cidades em distribuição de água potável no estado do Pará são: Santarém (PA), e Ananindeua (PA) com níveis menores ou próximos de 90% da população atendida. Ananindeua (PA) atende apenas 100% dos munícipes.

30. Assinale a alternativa errada

- a) O Forte do Presépio foi construído em 1616 para proteger a foz do rio Amazonas de ameaças estrangeiras. Belém era chamada de Feliz Lusitânia. A presença portuguesa na Amazônia ocorreu através de fortalezas e missões jesuíticas.
- b) A arquidiocese de Belém cancelou a procissão do Círio de Nazaré, para evitar aglomerações durante a pandemia, mas a aglomeração espontânea foi grande e a polícia civil realizou a operação Círio de Nazaré, junto da PM e PRF.
- c) Declarada pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade, a romaria do Círio de Nazaré é a maior manifestação religiosa católica do Brasil e um dos maiores eventos religiosos do mundo, reunindo cerca de dois milhões de pessoas, com duração de 15 dias.
- d) A região de Altamira foi inicialmente povoada no século XVII, pelo padre jesuíta Roque de Hundefund, que fundou uma missão, ou aldeamento, de silvícolas para a catequese no médio Xingu, próximo à foz do igarapé Panelas.
- e) Círio é uma celebração católica originada no sincretismo religioso paraense. A devoção a Nossa Senhora de Nazaré tem uma longa história, e remonta trajetos percorridos por quilombolas, que pediam para a Santa que os protegessem na fuga.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CIVIL***Mário Godoy*

- 31.** A Sociedade P J Móveis Ltda. tem como sócios Paulo e Joana. Recentemente, foi descoberto que Joana, sem o conhecimento de Paulo, há alguns anos utilizava o saldo da conta-corrente da Sociedade para o pagamento de suas dívidas pessoais. Além disso, no mês passado, Paulo e Joana, conjuntamente, resolveram expandir os negócios da sociedade, alterando a finalidade original da atividade econômica por ela desenvolvida, sem regularizar a situação na Junta Comercial.

Com relação à situação descrita, tomando-se por base as disposições constantes do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Não é possível decretar a desconsideração da Sociedade P J Móveis Ltda. com base na conduta praticada exclusivamente por Joana.
- b) É possível decretar a desconsideração da Sociedade P J Móveis Ltda. com base na conduta praticada conjuntamente por Paulo e Joana.
- c) Uma vez decretada a desconsideração da Sociedade P J Móveis Ltda., os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações serão estendidos aos bens particulares de Paulo e Joana.
- d) Uma vez decretada a desconsideração da Sociedade P J Móveis Ltda., os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações serão estendidos apenas aos bens particulares Joana.
- e) A desconsideração da Sociedade P J Móveis Ltda. pode ser decretada de ofício pelo juiz.

32. Ricardo deve R\$ 3 mil a Júlio, em razão de alugueis vencidos no ano de 2019. Hoje, manifestou expressamente sua vontade de saldar a dívida, comprometendo-se a transferir o numerário para Júlio via pix.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Os alugueis vencidos não sofreram prescrição.
- b) Se Ricardo for insolvente, tendo assumido dívidas junto a vários credores, ele poderá preferir Júlio no pagamento, caso seu patrimônio não seja suficiente para pagar a todos eles.
- c) Se Ricardo for um filho relativamente incapaz de Júlio, o prazo prescricional correrá independentemente do estado de filiação.
- d) Se Ricardo confessar a dívida no ano de 2021, o prazo prescricional continuará a fluir normalmente.
- e) Eventual protesto do título representativo da dívida efetuado por Júlio no ano de 2020 interromperá a prescrição.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

33. Nos termos do art. 205 da Constituição da República, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Considerando o posicionamento doutrinário acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, o artigo acima pode ser classificado como norma de eficácia

- a) Contida, de aplicabilidade direta e imediata.
- b) Limitada, definidora de princípio programático.
- c) Limitada, definidora de princípio institutivo.
- d) Plena, de aplicabilidade direta e imediata.

e) Limitada, de aplicabilidade direta, imediata e restringível.

34. O Presidente da República foi acusado de crime de responsabilidade, em razão de seus atos atentatórios à Constituição Federal. A traição aos pressupostos constitucionais acarreta a sua responsabilização e pode gerar a perda do cargo. Sobre a responsabilidade do Presidente da República, é correto afirmar que

- a) Qualquer cidadão poderá denunciar o Presidente da República, por crime comum e de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados. A denúncia só poderá ser recebida enquanto o denunciado não tiver, por qualquer motivo, deixado definitivamente o cargo.
- b) Cabe ao Presidente do Senado Federal apreciar o pedido de impeachment e tomar a decisão de receber ou não a denúncia, a partir da análise do preenchimento das formalidades extrínsecas, da legitimidade do denunciante e do denunciado e da narrativa feita, de maneira que poderá promover a imediata rejeição da petição por inépcia ou falta de justa causa.
- c) Da decisão que admite ou não a denúncia contra o Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, cabe ao recurso.
- d) Na Câmara dos Deputados, ocorre apenas a admissibilidade da acusação, a partir da edição de um juízo político, em que a Casa verifica se a acusação é consistente, se tem ela base em alegações e fundamentos plausíveis, ou se a notícia do fato reprovável tem razoável procedência. O processo e o julgamento do Presidente por crime de responsabilidade é de competência do Senado Federal.
- e) Após a admissibilidade da acusação pela Câmara dos Deputados, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções. Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o seu afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

35. Determinado servidor público do Poder Executivo Federal teve a sua aposentadoria concedida. Após seis anos da data em que o ato inicial de concessão da aposentadoria chegou à Corte de Contas, o Tribunal anulou a aposentadoria do servidor, devido a incorreções na concessão. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) O ato de concessão inicial da aposentadoria chegou ao Tribunal de Contas há mais de cinco anos, de forma que não poderá a Corte de Contas, com base no princípio da segurança jurídica, anular a aposentadoria.
- b) Cabe ao Tribunal de Contas exercer o papel fiscalizatório, podendo anular a qualquer tempo os atos administrativos, ainda que estes resultem efeitos favoráveis aos destinatários. Assim, a decisão de anulação da aposentadoria do servidor é válida.
- c) O Tribunal de Contas poderá anular a concessão da aposentadoria do servidor público, desde que o faça até dez anos após a concessão, prazo este estabelecido com base no princípio da segurança jurídica.
- d) Cabe ao Tribunal de Contas exercer o papel fiscalizatório, podendo anular atos administrativos, desde o faça no prazo máximo de cinco anos, exceto nos casos de concessão de aposentadoria, que podem ser revistos a qualquer tempo. Assim, a decisão de anulação da aposentadoria do servidor é válida.
- e) O Tribunal de Contas poderá anular a aposentadoria, desde que atenda aos princípios da ampla defesa e contraditório.

36. Um programa jornalístico decidiu criar um quadro em que relembra casos criminais famosos. Ao exibir uma reportagem sobre determinado crime, os familiares da vítima sentiram-se constrangidos e requereram judicialmente a retirada imediata da reportagem e o pagamento de uma indenização, tudo com base no direito ao esquecimento. Acerca do caso, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que.

- a) O Supremo Tribunal Federal entende que o direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição, pois afronta a liberdade de expressão.
- b) O Supremo Tribunal Federal entende que o direito ao esquecimento é recepcionado pela Constituição, com fundamento nos princípios da intimidade, vida privada e honra.
- c) O direito ao esquecimento é direito fundamental, não podendo ser suprimido em nenhuma hipótese, devido a sua relação com a dignidade da pessoa humana.
- d) O Supremo Tribunal Federal reconhece o direito ao esquecimento como regra, havendo exceção apenas em casos que envolvam interesse público notório.
- e) O Supremo Tribunal Federal reconhece o direito ao esquecimento apenas nos casos em que envolvam abuso sexual ou violência doméstica e familiar.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

37. No que diz respeito ao recurso interposto em face do indeferimento de acesso a informações, assinale a alternativa correta:

- a) Poderá ser interposto no prazo de 30 dias a contar da ciência da decisão que indeferir o pedido.
- b) Será dirigido à autoridade que exarou a decisão impugnada.
- c) o requerente poderá recorrer desde logo à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 10 dias.
- d) Somente poderá ser dirigido recurso à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.
- e) Verificada a improcedência das razões do recurso, a Controladoria-Geral da União determinará ao órgão que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao acesso à informação.

38. Assinale, à luz da Lei 13.709/2018, a alternativa que NÃO prevê corretamente hipótese de tratamento de dados pessoais:

- a) execução de contrato do qual o titular seja parte.
- b) cumprimento de obrigação legal pelo controlador dos dados.
- c) para proteção do crédito, desde que exista consentimento por parte do respectivo titular.
- d) proteção da vida de qualquer terceiro.
- e) para a tutela da saúde, em procedimento realizado por profissional de saúde.

39. Tomando por base entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à demissão de empregados públicos concursados por parte das empresas estatais, assinale a alternativa correta:

- a) Empresas públicas poderão dispensar seus empregados apenas se houver enquadramento na justa causa trabalhista.
- b) A prévia instauração de processo administrativo é requisito procedimental imprescindível para a demissão de empregados concursados.
- c) Sociedades de economia mista que explorarem atividade econômica têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, sendo que tal exigência não se aplica às empresas públicas.
- d) Empregado público admitido mediante concurso público não pode ser demitido após 5 anos de efetivo exercício do emprego.
- e) Empresas estatais têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo, motivação que deve conter fundamento razoável, não se exigindo enquadramento na justa causa trabalhista.

40. Segundo dispõe atualmente a Lei 9.784/1999, a decisão coordenada poderá ser utilizada:

- a) exclusivamente no âmbito da Administração direta federal, nas decisões administrativas que exijam a participação de cinco ou mais setores, sempre que houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- b) em quaisquer decisões que envolvam a participação de dois ou mais órgãos ou entidades.
- c) no âmbito da Administração Pública federal nas decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- d) quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, sendo que sua adoção requer despacho motivado, proferido antes da decisão de mérito.
- e) antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, para debates sobre a matéria do processo.

NOÇÕES DE CONTROLE EXTERNO - LEI ORGÂNICA E REGIMENTO INTERNO DO TCE-PA

Herbert Almeida

41. A Constituição do Estado Alfa definiu os critérios para escolha dos conselheiros do Tribunal de Contas, tomando como referência as disposições da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Nesse contexto, pode-se afirmar que a Constituição Estadual terá definido corretamente a forma de escolha dos conselheiros se prescrever que:

- a) O Tribunal de Contas do Estado será formado por nove conselheiros, sendo que seis serão escolhidos pela Assembleia Legislativa e os outros três pelo Governador do Estado.
- b) O Governador deverá escolher os sete conselheiros, mas a aprovação dependerá de aprovação da Assembleia Legislativa, em simetria com a forma de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal.
- c) O Tribunal de Contas Estadual será composto por sete conselheiros, sendo que quatro devem ser escolhidos pela Assembleia Legislativa e três pelo chefe do Poder Executivo estadual, cabendo a este indicar um dentre auditores e outro dentre membros do Ministério Público de Contas, e um terceiro a sua livre escolha.
- d) A Assembleia deverá escolher cinco conselheiros, cabendo ao Governador escolher os outros dois, sendo um dentre auditores e outro dentre os membros do Ministério Público de Contas, e um terceiro a sua livre escolha.
- e) Como titular do controle externo, a Assembleia Legislativa tem a prerrogativa de indicar os sete conselheiros, cabendo ao Governador realizar a nomeação.

42. Acerca das competências dos Tribunais de Contas, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e as previsões da legislação, pode-se afirmar que:

- a) Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da emissão do ato de aposentadoria;
- b) É imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas, uma vez que se trata de recuperação de dado ao erário.
- c) É inconstitucional a nomeação, pelo Chefe do Executivo, de membro do Ministério Público especial para preenchimento de cargo vago de Conselheiro de Tribunal de Contas local quando se tratar de vaga reservada à escolha da Assembleia Legislativa, devendo-se observar a regra constitucional de divisão proporcional das indicações entre os Poderes Legislativo e Executivo.
- d) Para efetuar os exames das contas das campanhas eleitorais, a Justiça Eleitoral poderá requisitar técnicos do Tribunal de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, pelo prazo de cento e oitenta dias, prorrogáveis uma vez.
- e) Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes que a arrecadação de receita poderá não comportar as metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, podendo ainda limitar diretamente o empenho do Poder que não adotar as medidas no prazo legal.

43. Quanto à natureza, entende-se por fiscalização operacional aquela que trata do controle sobre:

- a) a legalidade dos atos de arrecadação de receitas e realização de despesas.
- b) os balanços e demonstrativos contábeis, em conformidade com os princípios da contabilidade pública.
- c) a guarda e conservação dos bens, móveis ou imóveis, das entidades públicas.
- d) o desempenho dos órgãos públicos.
- e) a execução do orçamento.

44. O controle é o processo de comparação entre a situação controlada com padrões pré-estabelecidos. O controle da administração, por sua vez, versa sobre um conjunto de instrumentos adotados pela administração, pelos Poderes do Estado e pela sociedade para verificar a legalidade, a legitimidade, a economicidade e outros padrões de atuação do Poder Público.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, quanto à localização do órgão controlador, o controle pode ser classificado como:

- a) interno, como acontece quando o TCU realiza uma auditoria em órgão do Poder Executivo.
- b) externo, realizado por um Poder sobre a atuação de outro, a exemplo do controle externo financeiro, cuja titularidade compete ao Congresso Nacional, sendo realizado com o auxílio do TCU.
- c) social, realizado pela sociedade e pelo Congresso Nacional, como representante do povo.
- d) provocado, realizado por provocação de terceiros, a exemplo do controle decorrente de recursos administrativos.
- e) judicial, realizado de ofício ou por provocação, sobre a legalidade e o mérito da atuação da Administração.

45. Os tribunais de contas exercem um conjunto complexo de funções, buscando proteger o patrimônio e o interesse públicos. Sobre a classificação das funções das cortes de contas, é incorreto afirmar que:

- a) entre outras competências, a função fiscalizatória é exercida pelo Tribunal de Contas quando é realizado o exame, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal e da concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão.
- b) o Tribunal de Contas exerce a função jurisdicional quando julga as contas dos responsáveis por dano ao erário e quando emite parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo.
- c) há funções que podem ser exercidas em conjunto, como a função sancionatória e pedagógica, uma vez que a aplicação de penalidades também tem a função de coibir a prática de novos ilícitos, direcionando os agentes públicos para adoção de condutas regulares.
- d) a Lei de Responsabilidade Fiscal outorga ao Tribunal de Contas diversas atribuições informativas, também denominadas de função de alerta, como ocorre quando a Corte alerta os Poderes e órgãos públicos que os respectivos gastos com pessoal ultrapassaram 90% do limite definido em lei.
- e) a análise sobre despesas supostamente não autorizadas ocorre em conjunto entre o Tribunal de Contas e o Poder Legislativo, momento em que o Tribunal exerce a sua função consultiva, ao emitir o parecer conclusivo sobre o tema.

46. Os Tribunais de Contas possuem diversas competências próprias e privativas, definidas no texto constitucional. Uma delas é a aplicação de multa proporcional ao dano causado ao erário. Sobre esse tema, pode-se afirmar que:

- a) a aplicação de penalidades independe de previsão em lei, uma vez que o seu fundamento se encontra diretamente na Constituição Federal.

- b) o Tribunal de Contas somente poderá aplicar a sanção de multa proporcional ao dano, por expressa determinação constitucional.

- c) por não se tratar de órgão jurisdicional, o Tribunal de Contas poderá aplicar sanções sem observar o devido processo legal.

- d) a competência sancionatória do Tribunal de Contas se submete ao controle do Poder Legislativo, titular do controle externo.

- e) a decisão que aplicar a multa terá eficácia de título executivo extrajudicial.

47. O Ministério Público especial que funciona junto aos Tribunais de Contas possui importante missão constitucional, mas guarda peculiaridades em comparação ao Ministério Público “comum”. Sobre o tema, pode-se afirmar que esse Ministério Público especial:

- a) não goza de capacidade processual, mas poderá apresentar mandado de segurança contra acórdão do Tribunal de Contas que compõe, caso a Corte não observe as prerrogativas processuais do Parquet de Contas.

- b) dada a sua autonomia, o Ministério Público de Contas poderá propor a ação de execução dos títulos executivos emitidos pela Corte de Contas.

- c) no âmbito dos estados-membros, é constitucional a exigência de lei complementar para regular a organização do Ministério Público especial de Contas.

- d) o Ministério Público especial de Contas encontra-se estritamente vinculado à estrutura da Corte de Contas e não detém autonomia jurídica e iniciativa legislativa para propor projetos de leis que definem sua estrutura organizacional.

- e) em que pese as carreiras sejam distintas, a Constituição autoriza a equiparação de “vencimentos” e “vantagens” entre membros do Ministério Público especial e membros do Ministério Público comum.

48. Jorge é Conselheiro do TCE PA e recebeu um convite para exercer outra atividade remunerada. Interessado em complementar a sua renda, Jorge buscou informações no Regimento Interno do TCE e percebeu que poderá:

- a) dedicar-se à atividade político-partidária.
- b) exercer cargo técnico ou de direção em associação de classe, com ou sem remuneração.
- c) exercer um cargo de magistério, mesmo que não esteja em disponibilidade.
- d) exercer profissão liberal, emprego particular, comércio, ou participar de sociedade comercial, desde que não haja relação com o setor público.
- e) celebrar contrato com empresa concessionária de serviço público, desde que o contrato contenha cláusulas especiais, em razão do cargo que exerce.

49. Uma importante unidade administrativa do Estado do Pará foi vítima de um ataque cibernético supostamente realizado com o uso de inteligência artificial. As investigações iniciais comprovaram que o ataque foi sem precedentes, inviabilizando todos os sistemas modernos de proteção e segurança de informação. Simultaneamente com o ataque cibernético, os backups com as informações sobre as contas da unidade foram roubados e destruídos por uma quadrilha até então desconhecida. Após ampla apuração, constatou-se que os agentes públicos responsáveis pela gestão da unidade não estavam envolvidos nos ataques e nem poderiam evitá-lo. Constatou-se ainda que o julgamento das contas dos responsáveis tornou-se impossível. Nesse caso, caberá ao Tribunal emitir uma decisão:

- a) terminativa, ordenando o trancamento das contas consideradas ilíquidas;
- b) definitiva, julgando as contas irregulares.
- c) definitiva, julgando as contas regulares, mas consignando as ressalvas.
- d) preliminar, determinando a constituição de tomada de contas especial para investigações.

e) preliminar, com citação dos responsáveis para saneamento das contas.

50. O TCE PA pretende realizar uma grande e complexa fiscalização nas unidades da Secretaria de Educação. Segundo os planos iniciais, a Corte pretende visitar todas as escolas estaduais, realizando entrevistas com professores e alunos. Todavia, o servidor encarregado do planejamento ficou em dúvidas se é viável realizar tal procedimento. Dessa forma, buscando obter mais informações e avaliar a viabilidade da realização da fiscalização, o Tribunal poderá utilizar o seguinte instrumento de fiscalização:

- a) auditoria.
- b) acompanhamento.
- c) inspeção.
- d) monitoramento.
- e) levantamento.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Elisabete Moreira*

51. Segundo o sistema de governança pública em órgãos e entidades da administração pública, existem dois tipos básicos de atores que se manifestam no setor público: os agentes e os principais. Sobre esses atores é correto afirmar:

- a) o principal é aquele a quem foi delegada autoridade para administrar os ativos e os recursos públicos.
- b) o agente compartilha as percepções de finalidade e valor, podendo exercer o poder social de forma conjunta e ordenada por meio de estruturas criadas para representá-lo.
- c) os agentes são representados pelas autoridades, dirigentes, gerentes e colaboradores do setor público.
- d) os principais são representados pelos conselhos, dirigentes, gerentes e representantes eleitos.
- e) os principais exercem controle e poder de polícia por meio de estruturas criadas para representá-los.

52. Nas últimas décadas, visando adaptar a Administração Pública às mudanças da sociedade, novas conceitos e práticas de gestão, relacionadas ao modelo gerencial, vem sendo adotadas pelos governos, à exemplo da Gestão por Resultados, da questão da governabilidade, governança, governança corporativa, entre outros. Assinale a opção que indica uma premissa discutida nos tempos atuais

- a) As eleições e o voto são mecanismos de accountability horizontal.
- b) Uma alta demanda social por accountability afeta, negativamente a capacidade de governança.
- c) Sem legitimidade, não há como se falar em governabilidade.
- d) Instâncias responsáveis pela fiscalização das prestações de contas contribuem para o desempenho da accountability vertical.
- e) Uma boa governabilidade garante uma boa governança.

53. A accountability foi um conceito inserido na gestão pública, a partir da reforma administrativa realizada em meados de 1995, como uma nova forma de controle dos resultados, como:

- a) legitimação das formas de controle das agências reguladoras sobre a sociedade civil.
- b) capacidade de um dirigente de atender às suas demandas, pela imposição, restrição ou penalização.
- c) legitimação do poder de vigilância, orientação e correção dos três poderes sobre as empresas.
- d) permissão de condições para que os cidadãos participem da definição e avaliação dos programas e políticas públicas.
- e) extensão e ampliação do escopo de atuação do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário sobre as organizações e a sociedade civil

54. A administração pública vem se utilizando do Balanced Scorecard (BSC) como metodologia de medição e gestão de desempenho. Com relação ao BSC, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

() A construção do BSC deve partir da Visão e da Estratégia definidas no âmbito do planejamento estratégico, integrando o geral ao particular, num processo de desdobramento até o nível operacional.

() Para viabilizar as mudanças necessárias na organização, os autores, Kaplan e Norton identificaram três papéis críticos a serem desempenhados nas organizações: construtor, comunicador e implantador.

() Constituem componentes do BSC os temas estratégicos, os objetivos estratégicos, as metas e o aprendizado e crescimento.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V e F.
- b) F, V e V.
- c) V, F e F.
- d) V, V e F.
- e) V, F e V.

55. A respeito do setor público e da participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas, avalie as seguintes alternativas:

I – Os conselhos gestores de políticas públicas possuem sua composição definida pela Constituição Federal de 1988, podendo variar caso a caso e receber características próprias.

II – Os conselhos gestores são espaços públicos não estatais, que atendem ao princípio da paridade, composto por representantes da sociedade e do governo, exigida lei para sua criação e institucionalização.

III – As conferências são espaços de participação popular, oficiais, de discussão acerca das diretrizes gerais de determinada política pública, cujos

resultados serão incorporados às agendas institucionais.

Assinale a opção correta.

- a) Somente a I está correta.
- b) Somente a II está correta.
- c) Somente a I e II estão corretas
- d) Somente a I e III estão corretas.
- e) Somente a II e III estão corretas

56. O exercício da cidadania envolve a utilização de vários instrumentos que permitem a participação social e a interação entre o Estado e a sociedade. Acerca do tema, analise as afirmativas.

I. A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público é uma entidade privada, sem fins lucrativos, qualificada como entidade de interesse público, que pactuam com o poder público objetivos e metas por meio de Contrato de Gestão.

II. Os contribuintes recebem poder para fiscalizar a eficiência na aplicação dos recursos públicos enquanto os consumidores dos serviços públicos recebem poder para avaliar a eficácia na utilização dos recursos públicos.

III. O servidor público deve ter uma nova visão do papel do cidadão, não somente como usuário ou cliente, mas, sobretudo, deve considerar a prestação de serviços públicos como um processo de coprodução em que a responsabilidade é compartilhada em todas as suas etapas.

As afirmativas são, respectivamente.

- a) V, F e V.
- b) F, V e V.
- c) F, F e V.
- d) V, V e F.
- e) V, F e F.

57. As políticas públicas, após terem sido formuladas, só se transformam em ações governamentais se forem implementadas. A implementação, por sua vez, pode ser conduzida segundo diferentes modelos. Caso prevaleça o modelo de baixo para cima (*bottom-up*), indique qual das características abaixo deverá estar presente.

- a) Cadeia de comando com foco nos decisores de alto escalão.
- b) Objetivos definidos e não-contraditórios.
- c) Envolvimento de atores públicos e privados com a implementação e avaliação da política.
- d) Baixa autonomia dos níveis médios e inferiores da gestão pública.
- e) Ênfase na comunicação de objetivos / tarefas, coordenação de ações e responsabilização pelo cumprimento das atribuições de cada parte.

58. As entidades paralelas ao Estado, no âmbito do modelo de Administração pública gerencial, passaram a desempenhar atividades voltadas ao atendimento do interesse público, a exemplo das chamadas organizações sociais, que estão no

- a) terceiro setor, executando atividades exclusivas de estado.
- b) terceiro setor, executando atividades não exclusivas de estado.
- c) terceiro setor, executando atividades do núcleo estratégico do estado.
- d) quarto setor, executando atividades estatais.
- e) primeiro setor, executando atividades estatais.

59. O ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. Para um melhor entendimento do complexo processo de formação da agenda, alguns aspectos relativos às demandas devem ser considerados em maior detalhe. Com relação aos tipos de demandas, relacione as alternativas corretas.

1. Demandas novas

2. Demandas recorrentes

3. Demandas reprimidas

() São aquelas que expressam problemas não resolvidos ou mal resolvidos, e que estão sempre voltando a aparecer no debate político e na agenda governamental.

() São aquelas que resultam da uma mudança social e/ou tecnológica.

() São aquelas que expressam uma situação que incomoda, prejudica e gera insatisfação para muitos indivíduos.

Assinale a opção que indica a relação correta na ordem apresentada.

a) 3, 1 e 2.

b) 3, 2 e 1.

c) 2, 1 e 3.

d) 1, 3 e 2.

e) 1, 2 e 3.

60. De acordo com o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2020), as instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas. Essas instâncias podem ser exemplificadas por:

a) ouvidoria e conselho fiscal.

b) conselho de administração e liderança executiva.

c) conselhos de administração e conselho fiscal.

d) corregedoria e auditoria interna.

e) controladoria e corregedoria.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE PÚBLICA*Gilmar Possati*

61. As características qualitativas contidas nos relatórios contábeis de propósito geral (RCPGs) são atributos que tornam a informação útil e dão suporte aos tomadores de decisão. Com base na NBC TSP – Estrutura Conceitual, a informação que representa os fenômenos econômicos, os quais se pretende representar sem erro material ou viés, é denominada:

- a) compreensibilidade.
- b) relevância.
- c) comparabilidade.
- d) tempestividade.
- e) verificabilidade.

62. A NBC TSP – Estrutura Conceitual elenca os usuários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) e dentre eles estão os usuários dos serviços, que exigem informações sobre

- a) as avaliações da liquidez da entidade e se os montantes e os prazos de pagamento estão em conformidade com o que foi contratado.
- b) às avaliações que dão suporte se a entidade está utilizando os recursos com eficácia, eficiência e economicidade, e da maneira pretendida.
- c) as atividades previstas de prestação de serviços e as necessidades de recursos que as entidades necessitam.
- d) as consequências das decisões tomadas e das atividades realizadas pela entidade durante o exercício.
- e) as operações atuais a partir dos recursos angariados dos contribuintes, de empréstimos ou de outras fontes no período atual.

63. O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, dispostas no quadro principal. Com base nesse entendimento e considerando o que determina o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), os recursos arrecadados em exercícios anteriores serão identificados por meio de:

- a) superávit financeiro.
- b) superávit orçamentário.
- c) superávit patrimonial.
- d) superávit primário.
- e) superávit de capital.

64. Acerca do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a opção correta.

- a) o relatório será publicado em até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre.
- b) acompanhará o RREO o demonstrativo dos resultados nominal e primário.
- c) o relatório dos restos a pagar serão detalhados pelos seus valores inscritos apenas.
- d) no último bimestre o RREO será acompanhado do demonstrativo da dívida consolidada.
- e) no último quadrimestre o demonstrativo das disponibilidades de caixa acompanhará o RREO.

65. Determinado auditor de controle externo do Estado Audazes do Sul precisou realizar uma viagem para outro estado da federação, em prol de um curso voltado às práticas de combate à corrupção. Nesse sentido, foi desembolsado a título de adiantamento o montante de R\$1.500 para cobrir as despesas com a viagem. À luz do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), no momento da liquidação, sob o aspecto patrimonial, a equipe de contabilidade deverá registrar:

- a) aumento no ativo e aumento no passivo.
- b) diminuição no ativo e aumento no passivo.
- c) aumento do passivo e diminuição no patrimônio líquido.
- d) aumento no ativo e diminuição no passivo.
- e) diminuição do ativo e diminuição do patrimônio líquido.

66. O Balanço Patrimonial evidencia qualitativamente e quantitativamente a situação patrimonial da entidade governamental por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais. Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o passivo deve ser considerado como circulante quando:

- a) for realizado no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- b) for realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis.
- c) for pago no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis.
- d) for consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- e) a entidade possui o direito condicional de diferir a liquidação do passivo após a doze meses à data do balanço.

67. Jaiminho, após vencer as eleições municipais de Audazes dos Pampas, tomou posse em 20X4 e, como era contador de formação, determinou que os valores inscritos em restos a pagar deveriam ser revistos. Após o setor contábil encaminhar os demonstrativos de restos a pagar, o então chefe do Executivo verificou que as despesas com o transporte e coleta de resíduos sólidos, com quem o ente público possui contrato com uma empresa do setor privado, ainda não haviam sido pagas, entretanto haviam passado pelos estágios do empenho e da liquidação. Com base nos dizeres do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o atual gestor:

- a) poderá realizar o cancelamento desses restos a pagar, visto que a nova gestão pública está em fase de avaliação da prestação do serviço e, portanto, poderá deixar de exercer a obrigação de pagar.
- b) a atual gestão poderá realizar o cancelamento desses restos a pagar, em que pese a ocorrência do seu fato gerador.
- c) deverá realizar o cancelamento de restos a pagar processados, visto que não poderá suportar dívidas de gestões anteriores.
- d) não poderá realizar o cancelamento de restos a pagar em hipótese alguma.
- e) não poderá, em regra, realizar o cancelamento desses restos a pagar, visto que o contratado cumpriu o acordo com a Administração Pública, que deverá exercer a obrigação de pagar.

68. Ao ser empossado no cargo de auxiliar de controle externo, Bob Barney ("o BB") ficou encarregado de analisar a composição e evolução do saldo da rubrica benefícios previdenciários e assistenciais. Nesse caso, deve recorrer à(ao):

- a) balanço patrimonial.
- b) demonstração das variações patrimoniais.
- c) demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- d) balanço financeiro.
- e) balanço orçamentário.

69. O Município Audazes dos Pampas adquiriu, em 02/03/20X3, um lote de mercadorias para ser utilizado na merenda escolar da escola municipal, pelo valor de R\$ 250.000. No início do mês de junho, após denúncias de que essas mercadorias estavam armazenadas em locais impróprios, dois auditores foram designados para averiguarem a situação e realizarem as diligências cabíveis. Após o levantamento, foi apontado que o custo corrente dessas mercadorias perfazia o montante de R\$ 230.000 e o valor justo de R\$ 260.000. Com base nessas informações, ao receber os apontamentos feitos pelos auditores, a equipe de contabilidade municipal deverá:

- a) alterar a mensuração para o valor justo, visto que que os benefícios econômicos desse lote de mercadorias superam o custo de aquisição.
- b) confrontar o custo corrente de reposição com o valor justo e o resultado que obtiver deverá deduzir do custo de aquisição desse lote de mercadorias para merenda escolar.
- c) proceder um ajuste positivo na conta estoque, visto que o valor justo supera o valor contábil.
- d) proceder um ajuste negativo na conta estoques, em decorrência do valor contábil estar superavaliado em relação ao custo corrente de reposição.
- e) manter a mensuração dos estoques de merenda escolar pelo custo de aquisição, visto que seu valor não supera o montante do valor justo.

70. O Estado Audazes do Sul apresentou, em 31/12/20X4, as seguintes informações extraídas de sua contabilidade:

Previsão Inicial da Receita Orçamentária:	R\$ 2.500.000
Dotação Inicial da Despesa Orçamentária:	R\$ 2.500.000
Despesa Orçamentária Executada:	R\$ 1.800.000
Previsão Atualizada da Receita Orçamentária:	R\$ 3.600.000
Despesa Orçamentária Paga:	R\$ 900.000
Receita Orçamentária Realizada:	R\$ 3.100.000
Despesa Orçamentária Liquidada:	R\$ 1.300.000
Dotação Atualizada da Despesa Orçamentária:	R\$ 3.100.000

Com base nesses dados, o montante da execução orçamentária, ao final do exercício de 20X4, foi, em reais, de:

- a) R\$ 600.000.
- b) R\$ 2.200.000.
- c) R\$ 1.300.000.
- d) R\$ 500.000.
- e) R\$ 2.300.000.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

71. Em um concurso para agente administrativo, 40% dos candidatos inscritos foram eliminados na prova de Língua Portuguesa, e a prova de Conhecimentos em Direito eliminou 40% dos candidatos restantes. Sabendo-se que 7200 candidatos não foram eliminados nessas duas provas, então o total de inscritos é igual a:

- a) 12.000
- b) 15.000
- c) 16.000
- d) 18.000
- e) 20.000

72. A dívida referente à aquisição de um automóvel deverá ser liquidada pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) por meio de 48 prestações mensais, a uma taxa de 2% ao

mês, vencendo a primeira prestação um mês após a data de aquisição. Se o valor da última prestação é de R\$ 5.100,00, tem-se que o valor da 31ª prestação é igual a

- a) R\$ 5.800,00
- b) R\$ 6.000,00
- c) R\$ 6.400,00
- d) R\$ 6.500,00
- e) R\$ 6.800,00

73. Uma moto, cujo preço à vista é R\$ 20.200,00, é vendida em doze prestações consecutivas, mensais e iguais, sendo a primeira prestação paga um mês após a compra.

Se são cobrados juros compostos de 1% ao mês, o valor das prestações, em reais, é aproximadamente

<p>Dado $(1,01)^{-12} = 0,8874$</p>

- a) 1684
- b) 1778
- c) 1794
- d) 1828
- e) 1896

74. No sistema de juros compostos, uma taxa de $x\%$ ao semestre, com capitalização quadrimestral, corresponde a uma taxa efetiva anual de:

- a) $(1 + 2x/3)^3$
- b) $(1 + x/3)^3 - 1$
- c) $(1 + 2x/300)^3$
- d) $(1 + 2x/300)^3 - 1$
- e) $1 - (1 + 2x/300)^4$

75. Em uma operação de desconto comercial simples, um título de valor nominal de R\$ 78.000,00 foi descontado três meses antes do seu vencimento. A taxa de desconto corresponde a 36% ao ano. Qual foi o valor do desconto dessa operação?

- a) R\$ 6940,00
- b) R\$ 7020,00
- c) R\$ 7340,00
- d) R\$ 7560,00
- e) R\$ 7820,00

X	Número de observações na amostra
1	10
2	20
3	40
4	120
5	10
TOTAL	200

76. A tabela apresentada mostra as frequências absolutas das observações de uma variável X em uma amostra de tamanho igual a 200. Nesse caso, se M_0 representa a moda da amostra, M_D , a mediana amostral e M_E , a média aritmética, então o produto $M_0 \times M_D \times M_E$ será igual a:

- a) 80
- b) 27
- c) 56
- d) 60
- e) 64

77. Uma população em uma certa região se encontra dividida em três estratos, com tamanhos, $N_1 = 128$, $N_2 = 192$ e $N_3 = 96$. Ao se realizar uma amostragem estratificada proporcional, 16 elementos da amostra foram retirados do primeiro estrato. Indique qual o número total de elementos da amostra.

- a) 36
- b) 48
- c) 52
- d) 64
- e) 72

A tabela a seguir apresenta as probabilidades de, em um certo dia, o time Snipers fazer 0, 1, 2 ou 3 gols em um jogo.

Número de gols	0	1	2	3
Probabilidade	0,4	0,2	0,1	?

78. A média do número de gols é:

- a) 1,2
- b) 1,3
- c) 1,4
- d) 1,5
- e) 1,6

79. A variância do número de gols é:

- a) 1,59
- b) 1,60
- c) 1,61
- d) 1,62
- e) 1,63

80. Sejam A e B dois eventos associados a um experimento. Supondo que $P(A) = 0,4$ e $P(A \cup B) = 0,7$ e $P(B) = p$. Os valores de p que fazem com que A e B sejam mutuamente exclusivos e A e B sejam independentes são, respectivamente:

- a) 0,3 e 0,4
- b) 0,6 e 0,2
- c) 0,5 e 0,2
- d) 0,4 e 0,2
- e) 0,3 e 0,5

Discursiva

Entenda o que é deep fake e saiba como se proteger

Vídeos que viralizam nas redes sociais mostrando figuras públicas em situações quase inacreditáveis como, por exemplo, o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky anunciando total rendição às tropas da Rússia. Será verdade? Afinal de contas parece tão real... A resposta é não, pois trata-se de uma "deep fake", "falsificação profunda" que, como a tradução indica, é tão bem feita que pode enganar até os mais atentos.

O que muita gente não sabe, porém, é que esse tipo de golpe, além de manipular vídeos com celebridades e políticos famosos, também prejudica empresas e cidadãos comuns, que podem ser envolvidas em [fraudes de identidade](#) e extorsões.

Segundo estudo da empresa de segurança Kaspersky, 65% dos brasileiros ignoram a sua existência e 71% não reconhecem quando um vídeo foi editado digitalmente usando essa técnica.

"Deep fake pode ser definido como a criação de vídeos e áudios falsos por meio de inteligência artificial", explica Guilherme Bacellar, especialista de segurança cibernética e fraude da [Unico](#).

A prática costuma utilizar um vídeo de referência e a face (ou corpo) de outra pessoa, que não fazia parte do vídeo original. "É possível ainda criar áudios falsos fazendo a inteligência artificial aprender como uma pessoa fala e, a partir daí, obter uma montagem com outras falas, inclusive alterando os lábios para acompanhar as palavras que são ditas", explica.

Também há vídeos que alteram o rosto ou o corpo de uma pessoa e reconstroem o movimento dos lábios para manter o áudio original. "O objetivo dessas ações é prejudicar a imagem de figuras públicas ou obter ganhos financeiros enganando pessoas comuns", diz.

Disponível em: <https://estudio.folha.uol.com.br/unico/2022/10/entenda-o-que-e-deep-fake-e-saiba-como-se-proteger.shtml>. Acesso em: 09 de agosto de 2023.

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema: o **uso da tecnologia de "Deep Fake" apresenta mais oportunidades ou riscos para a sociedade?**

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>